



**TERRITÓRIO, REGIÃO,
PODER E REDE:
OLHARES E POSSIBILIDADES
CONCEITUAIS DE APROXIMAÇÃO**

NILSON CESAR FRAGA

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR,
Mestre em Geografia pela UEM,
Professor do Mestrado e Doutorado em Geografia da UFPR,
Professor do UNICURITIBA





RESUMO

Este artigo busca clarear conceitualmente o processo de entendimento da rede, do território e do poder, considerando a importância do debate dessa tríade para a Geografia e áreas afins. Nessa perspectiva, enquanto objeto de análise científica dos espaços, na busca de uma inteligibilidade capaz de justificar o sistema de rede, enquanto possibilidade de entendimento da construção histórica contemporânea, levantando elementos para uma problemática relacional, enquanto mecanismo que consiste em determinar, antes das análises em si, os problemas relativos a sua verificação.

Palavras-chave: Território, Região, Poder, Rede.

ABSTRACT

This article aims conceptually lighten the process of understanding the network, the territory and power, considering the importance of this conceptual debate triad for Geography and related areas. In this perspective, as objects of scientific analysis of space in search of an intelligible able to justify the network system as a possibility of building understanding of contemporary history, raising elements for a relational problem, while and, also, that mechanism is to determine, prior to testing itself, the problems relating to their investigation.

Keywords: Territory, Region, be able, net

Atualmente, apesar de uma difusão mais rápida e mais extensa do que nas épocas precedentes, as novas variáveis não se distribuem de maneira uniforme na escala do planeta. A geografia assim é recriada e, ainda, desigualitária. São desigualdades de um tipo novo, já por sua constituição, já por seus efeitos sobre os processos produtivos e sociais.

(SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Hucitec, 1997. p. 51)

O olhar científico que se dá neste breve estado da arte sobre território e poder se espelha, em muito, na análise de Claude Reffestin (1980), na medida em que o espaço e o território não são termos equivalentes. O espaço é anterior ao território. O território se forma com o espaço e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa esse espaço. A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam, como rodovias, canais, ferrovias, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, podem ser resumidos pelo autor como a prisão que os homens constroem para si.

No que tange às redes e ao poder, Claude Reffestin (1980, p. 83) esclarece que toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora uma função circulação-comunicação – é uma função de poder, em que “[...] a circulação imprime a sua ordem.” Nesse caso, o poder não consegue evitar o que pode ser visto ou controlado. Assim, ele fornece informações sobre si mesmo, chama a atenção daqueles que podem ter um interesse em controlá-lo ou vigiá-lo. A circulação é a imagem do poder, mas o poder nem sempre quer mostrar-se e, mesmo quando o faz, é sem o desejar. A circulação se caracteriza como sinal de potência. A verdadeira fonte do poder deve, portanto, ser procurada bem mais na comunicação que na circulação. A circulação se mostra por si mesma, não se pode mascará-la, dissimulá-la; em síntese, é inútil torná-la invisível (REFFESTIN, 1980).

A função da mobilidade do poder só é bem conhecida em matéria de circulação e pouco ou nada em matéria de comunicação: vulgarização da rede de circulação, privatização da rede de comunicação. Um dos trunfos de poder é hoje informacional, e a informática é um dos meios. O verdadeiro poder se desloca para aquilo que é invisível em grande parte, quer se trate de informação política, econômica, social ou cultural. A comunicação ocupa mais o centro de um espaço abstrato, enquanto a circulação não é mais do que a periferia (REFFESTIN, 1980).

Então, circulação e comunicação procedem de estratégias e estão a serviço delas. Redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Do ponto de vista da circulação, toda rede está em perpétua transformação, dependendo da escala privilegiada pelas estratégias – se a grande ou a pequena. No caso específico deste trabalho, cabe ressaltar que a pequena escala é aquela que tenta realizar uma integração territorial e uma continuidade na distribuição das distâncias: controle dos espaços moleculares por oposição aos espaços, com os atores políticos se inspirando, na maioria das vezes, em princípios hierárquicos e centralizadores. As redes não são somente a exibição do poder, mas ainda feitas à imagem do poder. A informação, composta de mensagens, é comunicada por meios cuja natureza e utilização implica uma certa concepção do espaço e do tempo, para a gestão e o controle dos quais a comunicação é indispensável, conforme argumenta Claude Reffestin (1980).

No conjunto norteador da rede e do poder no território, há a própria noção de região como fundamental na análise geográfica das hierarquias que promovem os fluxos no espaço. Um fator elucidante pode ser visto em M. Rochefort (1980, p. 61), mesmo que o autor considere que a definição de região tenha sofrido uma falência parcial:

Por muito tempo os geógrafos procuraram definir a região pelo conteúdo do espaço, no interior de limites determinados, conteúdo que se exprime mais ou menos por certa homogeneidade de paisagem. Essa concepção conduz a certo número de impasses no esforço empreendido para estabelecer unidades válidas, caracterizadas por certa homogeneidade das atividades de produção que nele se localizam.¹

Um dos conceitos fundamentais na atualidade é o de espaço geográfico, na medida em que ele está permeado de relações históricas

¹ Diante da complexidade teórica deste conceito em Geografia, uma vertente aponta que “de qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia em face de um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território”. GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 73.

de poder, dominação e controle. Sobre ele, Milton Santos propicia contribuição, já que a análise do objeto de estudo ocorre no espaço geográfico, e o autor apresenta explicações que possibilitam um melhor entendimento desse conceito que está sendo utilizado e refletido.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá. No começo era natureza selvagem, formada por objetos naturais que, ao longo da história, vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Pela presença desses objetos técnicos: hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 1999, p. 51).

O espaço deve ser considerado um evento e mais do que um elemento físico. Sua definição se dá por meio de uma multiplicidade de conceitos que interagem na e com a forma. É como se a forma tivesse corpo e alma. Ela é resultante e resultado de um conteúdo e é alterada com o movimento social, de modo que um conteúdo se encaixa e interage a cada nova forma que, por sua vez, renova sua concepção formal de existência, gerando redes de conexões.

As redes que marcam o espaço geográfico podem ser analisadas sob a ótica de Roberto Lobato Corrêa, quando este demonstra a forma como a rede se aplica à realidade. Para Lobato Corrêa (1997, p. 107), “Há em realidade inúmeras e variadas redes de modo visível ou não na superfície terrestre”, funcionando dentro da lógica capitalista de organização do espaço, que, por sua vez, tem diversas formas de manifestação, variando suas dimensões de análise dependendo do contexto econômico e político em que está inserida:

Por rede geográfica entendemos um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações. Este conjunto pode ser constituído tanto por sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas e a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa, seu centro de pesquisa e desenvolvimento, suas fábricas, depósito e filiais de venda.

As redes geográficas, para esse autor, são como qualquer materialidade social, produto e condições sociais. Dessa forma, no

momento em que se convive na atual fase do capitalismo se está inserido em alguma rede geográfica e ainda excluído ou ausente de um número ainda maior de redes. Essa lógica pode ser estendida para o passado e início das relações de capitalismo.

Assim, Lobato Corrêa (1997) especifica um quadro sobre a análise das redes geográficas em três dimensões: organizacional, temporal e espacial. Tais dimensões permitem identificar a configuração interna da entidade estruturada em rede, a duração da rede, a velocidade dos fluxos e a frequência como a rede se estabelece, além de compreender a escala, a forma espacial e a conexão. No sentido metodológico, o estudo de redes é um amplo conteúdo que favorece a formulação de novas propostas a serem destrinchadas e restabelecidas ao longo do tempo, à medida que se modificam os papéis e as funções dos centros geradores de capital.

Na determinação da localização como conceito que complementa território e espaço, há que se esclarecer que a cidade (como ponto que une e liga as redes) possui dois espaços que se inter-relacionam: o dos objetos em si, produzidos ou não pelo trabalho humano, e o determinado pelos locais onde estes são produzidos e consumidos. É nesse processo que aparece a questão que envolve a localização, como sendo os locais onde os produtos são produzidos e consumidos.

A localização é a relação com outros objetos ou conjuntos de objetos, e a localização urbana é um tipo específico de localização: aquela na qual as relações não podem existir sem um tipo particular de contato – aquele que envolve deslocamentos dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção de consumo. Sobre isso é preciso salientar que, tanto para o exercício imediato do trabalho como para a reprodução da força de trabalho, a localização urbana é determinada então por dois tributos, sendo o primeiro uma rede de infra-estrutura (viária, saneamento, pavimentação, energia, etc.) e a segunda marcada pelas possibilidades de transporte de produtos de um ponto a outro, de deslocamento de pessoas e de comunicação.²

Desse modo, é possível concluir que a produção do espaço é, na verdade, a produção de localizações. As diferentes localizações apresentam diferentes valores, associados não somente ao valor dos

² VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001. Trabalha essencialmente a localização urbana, mesmo não sendo o caso específico do objeto deste trabalho. Permite mostrar que o espaço regional é estruturado pelo controle do tempo de deslocamento das mercadorias e capitais.

elementos urbanos existentes, mas também à maior ou menor acessibilidade aos bens e serviços existentes na cidade. Essa diferenciação entre valores das localizações explica a diferença de valor, sobretudo nas áreas urbanas.

O território é, nesse sentido, parte de uma extensão física dos espaços, mobilizada como elemento decisivo no estabelecimento de um poder e controle. Por intermédio desse controle é possível a imposição de regras de acesso e de circulação, bem como a normalização de usos, de atitudes e comportamentos sobre esse espaço.

A produção do espaço é ação cotidiana do homem e aparece na forma de ocupação de um determinado lugar em momento histórico, em que a produção da cidade aparece como manifestação espacial dos conflitos de interesses dos diversos agentes presentes nesse processo, associado ao desenvolvimento capitalista.

Milton Santos (1987, p. 81) revela que a riqueza da localização e a importância da acessibilidade se dão por meio por uma série de elementos, quando afirma que

[...] cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

Flávio Villaça (2001) permite abrir questionamento sobre a preocupação ideológica e seu papel nesse processo. Para o autor, o real não se apresenta claramente ao sentido. Por isso, ele comporta diferentes versões ou interpretações. Ideologia é aquela versão da realidade social dada pela classe dominante com vistas a facilitar sua dominação. Essa versão tende esconder dos homens o modo real de produção e suas relações sociais. Por meio da ideologia, a classe dominante legitima as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.

A ideologia surge, no seio da classe dominante, por meio do deslocamento das idéias da realidade social e consiste na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes em uma sociedade,

em determinado período histórico. A ideologia é o processo pelo qual a classe dominante representa seu interesse particular como interesse geral. Nesse caso, o espaço, a cidade, está acima de tudo.

A idéia da cidade “acima de tudo” traduz-se sobre o território por um discurso sobre a diferença. O território próprio ao grupo é concebido como um terreno em que as regras que fundam a identidade gozam de uma absoluta e indiscutível validade. A predominância do nível coletivo é total, e a oposição e a diferenciação são estabelecidas em relação à figura de um outro, que é exterior ao grupo, espaço como objeto de conflitos, pois estabelecer um território de domínio de um grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais.

Dessa forma, o lugar físico é um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas, sobretudo, é o terreno em que esses problemas são assinalados e significados. Tais problemas de significação desses pressupostos estão contidos nas discussões teórico-metodológicas mais atuais, principalmente no que tange ao território e suas complexidades analíticas.

No que concerne à definição de território, Rogério Haesbaert (2004) percebe uma enorme polissemia no acompanhamento de sua utilização, em muitos casos não deixando explícita a noção e exigindo sua dedução teórico-conceitual. Sobre a amplitude do conceito de território, esse autor (2004, p. 37) argumenta:

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, tem uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com um enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como uma fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir da intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Essa citação permite visualizar as diferenciações teórico-conceituais sobre território, lembrando que outros autores, sobretudo da Geografia, distinguem espaço enquanto categoria de análise geral e território como conceito. Outros autores estabelecem uma noção mais ampla de território, como um dos conceitos-chave da Filosofia, em dimensões que vão do físico ao mental, do social ao psicológico e de escalas que vão desde um galho de árvore “desterritorializado” até as “reterritorializações absolutas do pensamento” (HAESBAERT, 2004).

Rogério Haesbaert (2004, p. 40) produz uma síntese de várias noções de território que podem ser agrupadas em três vertentes básicas e fundamentais para o objeto de análise da pesquisa sobre a questão do território do Contestado, as quais seriam: a política, referidas as relações espaço-poder ou jurídico-política, quando institucionalizada no poder político do Estado; a cultural, apontada como culturalista, também podendo ser vista como simbólico-cultural e priorizando a dimensão mais subjetiva; a econômica, muitas vezes economicista, menos difundida, voltada à análise como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Esse autor menciona ainda uma interpretação natural ou naturalista, que seria a quarta vertente, pouco trabalhada hoje nas ciências sociais, que utilizam uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos seres humanos em relação ao ambiente físico.

Reconhecendo a distinção entre as quatro dimensões de território, a política, a cultural, a econômica e a “natural”, Rogério Haesbaert (2004, p. 41) organiza o raciocínio sobre elas com base em outro nível, mas amplo, em que essas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem, como se apresenta:

- a) o binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas – a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); a perspectiva “investigadora” de território, na resposta à problemática que, “condensadas” através espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas;
- b) o binômio espaço-tempo, em dois sentidos – seu caráter mais absoluto ou relacional, seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-

histórica (como relação); sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(s) e(ou) espaço(s) geográfico(s).

O autor estabelece que a resposta a tais referenciais depende principalmente da posição filosófica adotada pelo pesquisador. Se for marxista, a análise dar-se-á por meio do materialismo histórico e dialético.

No que tange à perspectiva materialista do território, encarando-o como uma realidade efetivamente existente, de caráter ontológico e não apenas um instrumento de análise, no sentido epistemológico, deve-se considerar que isso não é um contra-senso, quando pensando enquanto “concepção idealista de território”, em função da carga de materialidade que nele parece estar “naturalmente” incorporada. Rogério Haesbaert (2004, p. 42) comenta que mesmo entre geógrafos, se encontram aqueles que defendem o território definido, em primeiro lugar, pela “consciência” ou pelo “valor” territorial, no sentido simbólico. Isso se deve ao fato de que território, desde a origem, tem uma conotação ligada ao espaço físico, à terra.³

A concepção naturalista de território está ligada no sentido da vinculação com o comportamento dos animais, entendido como um comportamento natural dos seres humanos ou na relação da sociedade com a natureza. Sobre tal sentido, Haesbaert (2004, p. 53) aponta que:

Fugindo do tão cristalizado “determinismo ambiental” ou “geográfico”, tornou-se muito comum mesmo entre os geógrafos, negligenciar a relação entre sociedade e natureza na definição de espaço geográfico ou de território. Por força de uma visão antropocêntrica de mundo, menosprezamos ou simplesmente ignoramos a dinâmica da natureza que, dita hoje indissociável da ação humana, na maioria das vezes acaba perdendo totalmente sua especificidade.

Já a incorporação de uma dimensão ideal do território, numa perspectiva idealista, está associada a “apropriação simbólica” do mesmo. Encarado como “poderes invisíveis” que fazem parte do território, estão

³ Rogério Haesbaert (2004, p. 43) esclarece que “[...] etimologicamente, a palavra ‘território’, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino *terra* e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do *jus terrendi* [...] como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa [...]”

ligados a Antropologia na questão da territorialidade e é considerado um signo, cujo significado somente é compreensível por meio de códigos culturais, aponta Rogério Haesbaert (2004, p. 69). Nesse sentido, o poder do laço territorial está investido de valores não apenas materiais, mas também étnicos, espirituais, simbólicos e afetivos – aqui o cultural precede o político.

Por fim, sobre a abordagem de Rogério Haesbaert (2004, p. 74) a respeito de território, há a perspectiva integradora que envolve este com o espaço que não pode ser considerado unicamente cultural, político ou econômico. Assim, o território somente pode ser concebido por meio de uma perspectiva integradora das dimensões sociais – a sociedade e a natureza. Representando dessa maneira, um papel semelhante que coube à região como conceito integrador na Geografia clássica.⁴

No avançar do debate, a idéia de território estaria marcada pela “experiência total do espaço”, que congrega num mesmo local os princípios da vida social, no sentido da integração, pois ao mesmo tempo se têm as atividades econômicas, o poder político e a criação de significado, de cultura. E não há território sem uma estruturação em rede que conecte diferentes pontos ou áreas. Rogério Haesbaert (2004, p. 79) argumenta que antes se via a lógica dos “territórios-zonas” que dificultavam as sobreposições, enquanto na atualidade se tem o domínio dos “territórios-rede”, espacialmente descontínuos, mas interessantemente conectados e articulados entre si.⁵

As redes, na concepção analisada, seriam linhas conectadas e não superfícies, se estendem por quase todos os lugares e se expandem tanto no tempo quanto no espaço, sem preencher o tempo e o espaço. Por trás desse raciocínio, há uma separação entre rede e território, desenhando uma dicotomia, como se observa no esquema que segue.

⁴ É imprescindível, portanto, que se contextualize historicamente o “território” com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for uma leitura integradora, o território responderá pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo (HAESBAERT, 2004, p. 78).

⁵ Talvez seja essa a grande novidade de nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, em que controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar área e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, em que nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas ainda na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, pode-se dizer. Assim, “[...] territorializar-se significa também, hoje, construir e(ou) controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento.” (HAESBAERT, 2004, p. 78).

VISÃO DICOTÔMICA TERRITÓRIO-REDE território:	HAESBAERT (2004) rede:
intrínseco	extrínseco
(mais introvertido)	(mais extrovertido)
centrípeto	centrífuga
áreas, superfícies	pontos (nós) e linhas
delimita	rompe limites
(limites)	(fluxos)
enraizamento	desenraizamento
mais estável	mais instável
espaço areolar	espaço reticular
("habitação")	("circulação")
espaço de lugares	espaço de fluxos
métrica topográfica	métrica topológica

FONTE: HAESBAERT, 2004, p. 78. Org. e modif. por FRAGA, 2006.

Seguindo a lógica da diferenciação apresentada no esquema, as redes viárias de um país podem ser mais do que funcionais, mas redes territoriais na medida em que fortalecem a unidade ou a integração de um território.

Atualizando essa abordagem analítica, há que se considerar outro termo (no sentido conceito) geográfico, a região, cuja concepção prioriza o regionalismo e a identidade de base territorial local, quando da ênfase no caráter dinâmico por que é difundida, enquanto conceito híbrido como o da "rede regional" para dar conta dos traços de "regionalidade" num processo de territorialidade (HAESBAERT, 2005, p. 28).⁶

Quando se tenta entender a lógica regional, há que se reportar ao entendimento das regiões internas, quando essas constituem cortes operados no território, por exemplo, de um Estado. No caso mencionado, poderia ser visto como espaço polarizado que se expandiu (e expande) independentemente do poder político, tratando-se de uma região espontânea, na concepção de Luiz Navarro Britto (1986, p. 30),⁷ como

⁶ HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais**: a construção de uma temática. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005. p. 9-34.

⁷ BRITTO, Luiz Navarro. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.

região-programa ou “região-plano”. Para o autor, as regiões internas e externas se distinguem conforme os escalões de integração, organização e independência. Em relação ao poder, porém essa diversidade de unidades regionais corresponde a uma diversidade de sistemas políticos (BRITTO, 1986, p. 31).

Ampliando a discussão envolvendo região (inclusive no sentido Estado) e políticas (enquanto poder) recai sobre a Geografia Política, quando em Wanderley Messias da Costa (1988, p. 18)⁸ se verifica no sentido do espaço possuidor de limites, cujos traçados não se constituem por linhas rígidas, mas zonas que se destinam a delimitar o grupo. Não se pode imaginar essa concepção, enquanto contradição nesta análise, afinal se busca dar um estado da arte sobre as possibilidades analíticas dos objetos teóricos, e o político na Geografia se faz imperativo.

Para Wanderley Messias da Costa (1988, p. 18), o espaço é marcado pelos recursos necessários, biológicos e culturais, projetando as relações de poder que se desenvolvem no interior deste. Por isso, toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção se organiza para dominá-lo, produzindo uma projeção territorializada de suas próprias relações de poder. Assim, a relação espaço-poder é relação sociopolítica.⁹

Sobre o poder, elemento importante e central nesta pesquisa, e avançando na discussão, Boaventura de Sousa Santos (2001, p. 266)¹⁰ estabelece que, numa forma muito geral, o poder se constitui em qualquer relação social regulada por uma troca desigual. Caracteriza-se como relação social, pois reside na capacidade de reproduzir desigualdades, porém por meio de troca interna e determinação externa. Aprofundando-se a leitura em Boaventura de Sousa Santos (2001, p. 267), o autor observa que:

⁸ COSTA, Wanderley Messias. **O estado e as políticas territoriais brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

⁹ Para a lógica de entendimento das relações poder-espço-política, Wanderley Messias da Costa (1988, p. 19) menciona que o processo histórico de desenvolvimento dessa relação pode ser periodizado, pelo menos em seus traços essenciais. Assim, no interior de um grupo social pouco desenvolvido, poderão inexistir hierarquizações rígidas ao nível do poder (um comunismo primitivo, por exemplo), em que terras comunais e os limites imprecisos de seu território determinam uma certa “fluidez” nessas relações, de modo que o acesso à terra e a seus recursos, por exemplo, possa se dar sem as injunções mais explícitas das relações do poder. Isso não significa que, mesmo aí, não possam estar presentes manifestações sutis ou não de conflitos, no que toca ao processo de gestão desse território.

¹⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

As trocas podem abranger virtualmente todas as condições que determinam a acção e a vida, os projectos e as trajectórias pessoais e sociais, tais como bens, serviços, meios, recursos, símbolos, valores, identidades, capacidades, oportunidades, aptidões e interesses. No relativo às relações de poder, o que é mais característico das nossas sociedades é o facto de a desigualdade material estar profundamente entrelaçada com a desigualdade não-material, sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades representacionais/comunicativas e expressivas e ainda a desigualdade de oportunidades e capacidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas.

Mas Boaventura de Sousa Santos (2001) destaca que não se constitui tarefa fácil medir as desigualdades de uma troca desigual e mesmo avaliar até que ponto ela pode ser dominante e venha afetar as condições de vida e a trajetória das pessoas ou dos grupos, principalmente porque as relações de poder não ocorrem isoladas, mas em cadeias. Em muitas ocasiões, as pessoas, ou o grupo, aceitam como sendo troca igual aquilo que é desigual. “É evidente que a máscara da igualdade que o poder assume é uma ilusão, mas, por ser necessária enquanto ilusão, tem o seu ‘que’ de verdade” (p. 267).

Para Edward Soja (1993, p. 210), as mudanças no padrão produtivo vêm mantendo as desigualdades espaciais, fato que permite reafirmar a Geografia por meio da emergência da espacialidade, da regionalização e do regionalismo, levando o capital a rever suas estratégias espaciais e locais, que podem ser facilmente apreendidas. Para o autor:

A instrumentalidade das estratégias espaciais e locais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos. Simultaneamente, há também um crescente reconhecimento de que o operariado, bem como todos os outros segmentos da sociedade que foram periferalizados e dominados, de um modo ou de outro, pelo desenvolvimento e reestruturação capitalistas, precisam procurar criar contra-estratégias espacialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, a fim de competir pelo controle da reestruturação do espaço.

Dessa maneira, o olhar de Edward Soja (1993, p. 298) é de um espaço geográfico abundante, com múltiplos sentidos e significações, com uma paisagem pós-moderna, compreensível, por sua vez, apenas por intermédio de uma geografia crítica pós-moderna. Assim, para o autor, a pós-modernidade não seria apenas uma etapa cultural do capitalismo de

acumulação flexível, como defende David Harvey (1992, p. 45-67), mas uma nova realidade social e espacial, em que o entendimento necessitaria de um método no qual a Geografia teria total preponderância sobre a História.

Logo, tal perspectiva de materialidade do espaço produzido vai além da produção material, envolvendo a criação e a recriação constante de projeções espaciais de relações de poder e de identidades culturais espacialmente referenciadas, não desconsiderando a força das imagens espaciais, das territorialidades e das identidades socioespaciais na influência dos projetos humanos.

Um das perspectivas de análise da complexidade temporal e espacial das relações envolvendo território, poder e rede, se verifica em Milton Santos, quando este abre discussão para uma Geografia do movimento. Segundo Santos (2003, p. 167), a produção do meio técnico-científico-informacional e os círculos de cooperação se instalam num nível superior de complexidade e numa escala geográfica mais ampla. A produção necessita ser colocada em movimento, uma vez ser, atualmente, a circulação que preside a produção em que o aumento de fluxos atualmente tem sido muito significativo.¹¹

No que tange aos objetos modernos, estes não se distribuem de forma homogênea e a gestão do sistema não se baseia numa única escala de funcionamento marcada por conflitos e cooperações, acordos e negociações, como demonstra Santos (2003, p. 178 e 179).¹²

Sob tal ponto de vista, Santos (2003, p. 248) revela que para definir um pedaço do território devem ser levadas em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, incluindo a natureza, com sua utilização, e a ação humana, regidas pelo trabalho e pela política. Nesse sentido, o território é vivo, revelando as ações passadas e presentes, congeladas nos objetos e as presentes marcadas pelas ações.

Em síntese, e em concordância com o autor citado, o espaço é sempre histórico, pois sua historicidade deriva de conjunção das características da materialidade territorial com as características das ações

¹¹ “A criação de fixos produtivos leva ao surgimento de fluxos que, por sua vez, exigem fixos para balizar seu movimento. É a dialética entre a frequência e a espessura dos movimentos no período contemporâneo e a construção e modernização dos aeroportos, portos, estradas, ferrovias e hidrovias.” (SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 167).

¹² Quando a presença do poder público no sistema de transportes é insuficiente, os fixos e fluxos passam a pertencer ao domínio mercantil, tanto em sua quantidade quanto em sua frequência, conforme aponta Milton Santos (2003, p. 179).

que podem ser, inclusive, verificadas nas redes.

O conceito de rede transformou-se, nas últimas décadas, em uma alternativa prática de organização, possibilitando processos de respostas às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social, porém tal conhecimento não é novo. O termo aparece como conceito importante no pensamento de Claude Henri de Saint-Simon¹³, socialista utópico, que pensou uma sociedade planejada e organizada pelo Estado racional (SILVA JÚNIOR, 2004).

A palavra rede é antiga e vêm do latim *retis*, significando entrelaçamento de fios com aberturas regulares, formando uma espécie de tecido. A partir da noção de entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, a palavra rede foi ganhando sentidos ao longo dos tempos, passando a ser empregada em diferentes situações. A rede considerada como fato histórico existe há bastante tempo¹⁴. Mas a conceituação de rede considerada como sistema de laços realimentados provém da Biologia. Quando os ecologistas da primeira década do século XX estudavam as teias alimentares e os ciclos da vida, propuseram que rede seria o único padrão de organização comum a todos os sistemas vivos. Nesse sentido, Capra (1996) menciona que “[...] sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes.”

No que concerne às redes e aos territórios, como possibilidade metodológica de análise de uma dada realidade, buscou-se em Milton Santos (1985, p. 6) a interconexão dos seres humanos, com suas firmas, instituições, meio ambiente natural e infra-estruturas como elementos do espaço. Dessa forma, o autor afirma que:

¹³ “A fisiologia é uma das partes da ciência do homem e será tratada pelo método adaptado das outras ciências físicas [...] se vê que se trata de organizar a ciência do homem de uma maneira positiva [...] É evidente que, depois da confecção do novo sistema científico, haverá uma reorganização dos sistemas de religião, da política em geral, da moral, do ensino público [...]” (SAINT-SIMON apud GURVITCH, 1958. p. 36).

¹⁴ No que tange à formação do conceito moderno de rede, há que se passar pelo conceito filosófico de Saint-Simon, “[...] quando este parte da idéia de que o corpo humano se solidifica e morre quando a circulação é suspensa. Graças a essa analogia de organismo-rede, dispõe-se de uma ferramenta de análise para conceber uma ciência política e formular um projeto de melhoria geral no território da França, que consistiria em traçar sobre o seu corpo humano para assegurar a circulação de todos os fluxos, enriquecendo o país e levando à melhoria das condições de vida, incluindo as classes mais pobres da população.” DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para uma discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2005. p. 16.

As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc.

Sob tal perspectiva, Milton Santos (1985, p. 16) considera que “[...] uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras, levam a mudanças espaciais.”

A respeito do espaço sobre a dinâmica das políticas públicas, pode-se dizer que ele é a força da produção, apenas um produto instrumental do Estado, pois fornece a estrutura espacial para o exercício de seu poder, como se verifica em Mark Gottdiener (1997), quando ainda possibilita pensar no desenvolvimento socioespacial enquanto produto da ação dos setores privados como do próprio Estado¹⁵. É sob tal concepção de ligações possíveis que na Geografia o uso do termo “redes geográficas” foi utilizado historicamente, mas especialmente para a designação de redes urbanas, muito influenciadas pela teoria dos lugares centrais, de Walter Christaller, elaborada em 1933. Na atualidade já se discutem diversos tipos de rede numa perspectiva não-positivista.¹⁶

E, para entender esses fatores, se faz necessário retornar a Claude Reffestin (1980, p. 143), quando menciona que o “[...] poder visa ao controle e à dominação sobre os homens e sobre as coisas; pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na Geografia Política: a população, o território e os recursos.”

O território se faz um espaço político por excelência, o campo idéia de ação dos trunfos de poder e domínio.

Dessa forma e sob a perspectiva de Milton Santos¹⁷, o processo de formação de rede se dá em pelo menos três momentos (na periodização do autor), com a pré-mecânica, a mecânica e a atual. Mesmo com todo o desenvolvimento técnico de análise delas, deve-se ressaltar que não existe

¹⁵ GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 1997.

¹⁶ O positivismo teve na Geografia um predomínio absoluto até a década de 1970, quando houve uma forte penetração do marxismo.

¹⁷ “Num mesmo subespaço, há superposição de redes, que inclui redes principais, redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta o seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento.” (SANTOS, Milton, 1996, p. 214).

“homogeneidade das redes” e que “nem tudo é rede”. Em não sendo uniformes, há que se considerarem áreas com e sem densidade de redes. Sob o ponto de vista de Milton Santos (1996, p. 213), se pode verificar a possibilidade de enquadramento na dinâmica das redes que são cada vez mais globais, quando o autor reconhece nelas três níveis de “[...] solidariedade, cujo reverso são outros tantos níveis de contradições. Esses níveis são o nível mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local.”

Sobre isso, as desigualdades e contradições no uso das redes, Lobato Corrêa (1995, p. 109) demonstra que:

As redes geográficas são, como qualquer materialidade social, produtos e contradições sociais. Na fase atual do capitalismo a importância das diversas redes geográficas na vida econômica, social, política e cultural é enorme e, de um modo ou outro, todos estamos inseridos em mais de uma rede geográfica e, simultaneamente, excluídos ou ausentes de um número ainda maior de redes.

No decorrer da história, foram muitas as formas de redes criadas pelos seres humanos com a finalidade de facilitar suas comunicações e trocas. As invenções e inovações, que visavam ampliar a capacidade produtiva e melhorar a circulação, geraram as redes. Desse modo, elas são fundamentais na organização territorial e fundamentais para o capitalismo, que, desde sua gênese, revelou-se internacional, permitindo avanços de grande significado histórico e geográfico, atingindo novos territórios, modificando outros e introduzindo novos elementos.

Ante o exposto se faz necessário o entendimento do conceito de região, não discordando ser uma construção da representação, ou seja, região é igual à representação. Nesse caso, uma representação simbólica, subordinada a “funções práticas”, fundamentadas na ciência para uma utilidade estratégica, em função de interesses materiais (e simbólicos) de seu portador. É uma imposição de poder quando impõe uma visão do mundo social e, conseqüentemente, uma divisão deste.

Para Pierre Bourdieu (1989), a região e o território são princípios de divisão, propriamente sociais. Uma divisão social que cria uma descontinuidade (por intermédio de uma decisão, ou mais de uma) na continuidade natural. É realizada pelos detentores da autoridade, pois são eles que criam as fronteiras, sejam elas numa divisão natural (no sentido geossistêmico) ou social. A região e o território são expressões das formas de poder que delimitam faixas de fronteiras. Essas fronteiras estão estabelecidas, reconhecidas e firmadas pelos atos simbólicos do poder – a força da lei. Mas é preciso ter-se em mente que essa divisão

obedece a critérios que atribuem fundamentos e elementos de semelhança.

O interessante é que Pierre Bourdieu (1989) trata a “região natural” ainda como imposições arbitrárias, quanto às classificações. Em linhas gerais, o natural também está construído no produto da construção histórica das sociedades. Pois para o autor, o que faz a região não é o espaço, mas o tempo histórico. E se consolidam historicamente.

O papel da ciência tem uma forte contribuição para entender a realidade regional e sua “aceitação”. Para Pierre Bourdieu (1989), existe um efeito simbólico no discurso científico, quando este consagra um estado de divisões. Essas divisões são usadas como “armas simbólicas de mobilização”, para produzir uma unidade “real” no grupo como para outros grupos – interna e externamente –, pois ela, a região, se impõe na realidade social.

A ciência tem o poder de estabelecer, decretar e separar um objeto próprio, unindo-o como fronteira sagrada, sobre a visão e divisão do mundo. Nesse caso, o regionalismo está embutido de nacionalismo construído pelo simbolismo – suas forças – intencional da identidade social, criando assim uma imagem legítima, difícil de romper-se e desmistificar.

Pode-se observar que, para Pierre Bourdieu, a região e o território são construções “políticas” da construção histórica da realidade social, dotada de um forte poder simbólico estigmatizado pela ciência. Eliminar esses estigmas parece algo impossível, simplesmente por serem uma construção – simbólica – das sociedades. Romper uma classe teórica cristalizada no seio de uma sociedade é uma atitude intelectualista, pois a região e o território estão calcados num objetivismo do poder simbólico. A obra de Pierre Bourdieu (1989) contribui para as reflexões conceituais de espaço, território e poder, quando se questiona a dinâmica histórica regional.

Para as sociedades, no nível da percepção, a região é uma realidade concreta e física, pois ela existe como um quadro de referência para a população que a habita. Pierre Bourdieu (1989) tenta desmistificar esses pressupostos cristalizados nas percepções de espaço geográfico, construído da realidade das relações entre a população e o território, sobretudo no que tange ao espaço (território ou região) econômica e política em seus mais complexos organismos de dominação e poder.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRITTO, L. N. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.
- CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CASTRO, I. E.; MIRANDA, M. & EGLER, C. A. G. (org.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CASTRO, I. et al (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec/Ed. da USP, 1992.
- _____. **O estado e as políticas territoriais brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para uma discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- FRAGA, N. C. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP, 1997.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAESBAERT, R. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.).

Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática. Presidente Prudente, SP: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1994.

LACOSTE, Y. **A geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papyrus, 1997.

LOBATO CORRÊA, R. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

_____. Redes urbanas: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. In: **Cidades**, Presidente Prudente, SP: Ed. da Unesp, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004. (Grupo de Estudos Urbanos – GEU)

_____. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MARTINS, J. S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOREIRA, I. **Geografia nova:** o espaço mundial. São Paulo: Ática, 1996.

OFFNER, J. M. Territorial desregulation: local authorities at risk from technical networks. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 24.1, Mar. 2000.

OLIVEIRA, A. U. Espaço e tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1980.

ROCHFORT, M. **Redes e sistemas:** ensaiando sobre o Urbano e a Região. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SAWAIA, B. et al. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999. (Coleção Psicologia Social).
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUZA, M. L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento socioespacial. **Território**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 11-32, jul./dez. 1996.
- TRIVINHO, E. **Redes: obliterações no fim do século**. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 1998.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- VILLASANTE, T. R. **Redes e alternativas: Estratégias e estilos criativos na complexidade social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Artigo recebido em 7/10/2007.
Aprovado para publicação em 5/11/2007.